

Estudos Técnicos Preliminares 78/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
78/2024	70008-TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO G.DO NORTE	MARCELLO CORREIA DE CASTRO	02/07/2024 15:10 (v 1.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		4977/2024

OBJETIVO

1.1. Têm por objetivo os presentes Estudos Técnicos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes para a elaboração de termo de referência para contratação de agenciamento de passagens aéreas para magistrados, servidores e colaboradores do TRE /RN, tendo em vista o atendimento das necessidades para além da demanda inicial planejada para a contratação em vigor no exercício de 2024 e para o exercício de 2025, à luz do disposto no art. 18, I e § 1º da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 e na Instrução Normativa nº 58/2022 – SEGES/ME.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O TRE-RN apresenta uma demanda expressiva de deslocamentos para destinos nacionais, objetivando a participação de magistrados, servidores e colaboradores em solenidades, eventos de capacitação, encontros e reuniões de trabalho.
- 2.2. O art. 1º da Resolução TSE nº 23.323, de 19/08/2010, alterada pela Resolução TSE nº 23.534, de 05/12/2017, dispõe em seu art. 1º que "o magistrado ou servidor da Justiça Eleitoral que se afastar, a serviço, da jurisdição ou da sede para outro ponto do território nacional ou para o exterior, em caráter eventual ou transitório, fará jus a passagens e diárias." A normatização da matéria prevê, assim, que o intercâmbio de experiências, conhecimentos e a própria relação institucional com outros órgãos públicos justificam e fundamentam o deslocamento aéreo de servidores, magistrados e colaboradores para outras localidades, sempre com a finalidade de bem atender ao interesse público.
- 2.3. Para deslocamentos de pequenas distâncias são utilizados os veículos da frota deste órgão. Para os deslocamentos que envolvem distâncias maiores, por razões de segurança e conforto do viajante, o órgão oferece a opção de transporte aéreo.

2. REQUISITOS DA SOLUÇÃO

3.1. REQUISITOS ORÇAMENTÁRIOS.

3.1.1. O valor previsto para esta contratação será consignado no PCA 2024, como demanda extra, no montante de R\$ 160.000,00 para o presente exercício financeiro, e R\$ 240.000,00 para o exercício de 2025.

3.2. REQUISITOS TÉCNICOS.

3.2.1. A Contratada deverá possuir registro dentro da validade no CADASTUR - Sistema Nacional de Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos, órgão subordinado ao Ministério do Turismo - Mtur, com apresentação de certificado para o seu regular funcionamento, e observar as normas legais quanto à regulamentação de atividades desempenhadas por Agências de Viagens ou Agências de Viagens e Turismo (Decreto nº 84.934, de 21.07.1980). A Contratada e a Contratante processarão os pedidos de cotação, marcação, cancelamento, reembolso e emissão de bilhetes, envio de fatura, atestos e outras demandas correlatas por meio de mensagens eletrônicas (e-mail), evitando assim o uso do papel e suprimentos de impressão.

3.2.2. A licitante deverá apresentar atestado de capacidade técnica que demonstre suas condições técnicas e operacionais para contratar com o TRE/RN.

3.2.3. A Contratada deverá indicar profissional (preposto) que será responsável pela comunicação entre a futura contratada e a equipe de fiscalização do contrato.

3.2.4. A Contratada deverá manter para o contratante ou à sua disposição, no horário das 8 h às 18 h, de segunda a sexta-feira, pronto atendimento com funcionários suficientes para atender às solicitações decorrentes dos serviços, no prazo máximo de 1 (uma) hora.

3.2.5. A Contratada deverá ser responsável por todos os itens que contemplam a prestação dos serviços e disponibilizar ao Contratante, para atender casos excepcionais e urgentes, telefone para contato ou e-mail, durante 24 (vinte e quatro) horas, nos dias úteis, finais de semana e feriados.

3.2.6. A Contratada deverá possuir sistema integrado às companhias aéreas para cotação, reserva, emissão, alteração e cancelamento de bilhetes de passagem aérea.

3.2.7. A Contratada deverá adotar, no que couber, as exigências contidas na Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

3.2.8. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

3.3. REQUISITOS TEMPORAIS.

3.3.1. Será prevista a contratação para 12 (doze) meses, a partir da assinatura do ajuste, com prorrogações previstas na Lei nº 14.133/2021 até o limite máximo, desde que Contratante e Contratada estejam de acordo.

3.4. REQUISITOS GEOGRÁFICOS E OPERACIONAIS.

3.4.1. A Contratada não precisa ter sede ou filial no Rio Grande do Norte.

3.5. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE.

3.5.1. A Contratada deverá ter conhecimento do Plano de Logística Sustentável do TRE/RN e adotar suas práticas no que for cabível.

3.6. REQUISITOS FISCAIS, TRABALHISTAS E ADMINISTRATIVOS.

3.6.1. A empresa licitante e contratada deverá possuir regularidade com a Receita Federal, FGTS e Justiça Trabalhista. Tais condições devem ser mantidas durante todo o período da contratação sob pena de rescisão contratual.

3.6.2. A empresa licitante e contratada também deverá manter situação de regularidade junto ao CNJ (Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade) e o Portal de Transparência do Governo Federal (Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas), com manutenção dessa condição durante a execução contratual.

3.8. A Contratada disponibilizará a partir da data da assinatura do instrumento contratual, à sua conta e responsabilidade, escritório, agência ou preposto aptos à prestação dos serviços contratados, conforme discriminado abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	O SERVIÇO COMPREENDE
1	Emissão de bilhetes domésticos	Assessoria, cotação, reserva e emissão.
2	Alteração de bilhetes	Cotação, reserva, emissão e alteração.
3	Cancelamento de bilhetes	Cancelamento de bilhete, reembolso e geração de crédito.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

4.1. Examinando as soluções disponíveis para atender ao objeto da contratação, verificamos que o serviço de uma agência de viagens é o que mais se ajusta à realidade e à necessidade deste órgão, considerando o pleno sucesso na execução dos últimos contratos e o exame de outras modalidades que se mostraram inviáveis em estudos anteriores, a exemplo da compra direta e do uso de cartão corporativo. Vale acrescentar que a inviabilidade dessas modalidades decorre sobretudo de não se poder contar com a orientação profissional, o suporte técnico e a expertise de uma agência de viagens para a indicação das melhores opções de voo, como também para a resolução de imprevistos que ensejem cancelamento, substituição de bilhetes, marcação de assentos, pedido de reembolso/geração de crédito e intercorrências que demandem orientação de um especialista.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. Trata-se da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria, cotação, reserva, marcação, remarcação, crédito/reembolso e emissão de passagens aéreas nacionais, considerando a previsão de esgotamento do saldo do contrato em vigor para o financiamento da despesa no presente exercício, e com início imediato da execução contratual, para o fim de utilização por magistrados, servidores e colaboradores que necessitem se deslocar no desempenho das atividades jurisdicionais e administrativas deste Tribunal. Conforme explicitado no item anterior, a equipe de planejamento destes estudos não enxerga outra solução que não seja por intermédio de uma agência de viagens, modalidade que se acha em conformidade com a expertise e as necessidades da Casa e se apresenta tecnicamente possível, segura e viável para a contratação pretendida.

5.2. Sendo assim, a contratação de um fornecedor de passagens aéreas convém às necessidades do órgão na medida em que viabiliza uma gestão profissional, célere e financeiramente vantajosa dos serviços. Os deslocamentos dentro do território nacional em geral envolvem distâncias que, por razões de segurança e conforto do viajante, só podem ser vencidas por meio de transporte aéreo. A solução atualmente adotada pelo Órgão é a contratação de uma agência de

viagens devidamente habilitada para fornecer as passagens, que são adquiridas pela Contratada junto às companhias aéreas.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTR

6.1. O contrato tem custo estimativo, haja vista a variação de preço de bilhetes de passagens aéreas, de acordo com o trecho, o horário, o tempo de antecedência da aquisição e a companhia aérea escolhida. Ademais, não há como estabelecer um quantitativo preciso de bilhetes necessários para atender às demandas deste órgão. No tocante à taxa de agenciamento, é de praxe a agência não cobrar pelo serviço. Importa acrescentar que o valor estimado para o contrato servirá apenas como subsídio aos licitantes para formulação das propostas e na apresentação dos lances, não constituindo qualquer compromisso futuro, pois o fornecimento das passagens aéreas ocorrerá mediante requisição e conforme as necessidades deste Tribunal. A equipe de planejamento baseou-se na média mensal de aquisições e estimou o valor de R\$ 400.000,00 para os meses de agosto/2024 a agosto/2025. O valor total a ser pago à empresa contratada será apurado a partir da soma do valor da prestação dos serviços de agenciamento de viagens, multiplicado pela quantidade de passagens aéreas emitidas no período faturado. Será pago ainda à eventual contratada o valor da taxa de embarque de cada passagem emitida no período faturado. Uma vez realizada a cotação pelo fornecedor dos serviços, a Administração deverá apreciar as opções apresentadas e selecionar a melhor tarifa, nos termos da Resolução nº 23.323/2010, do Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe sobre a concessão de diárias e passagens, alterada pela Resolução TSE nº 23.534/2017.

6.2. A atuação da Contratada deverá se pautar pela atenção, presteza e pelo emprego de recursos humanos profissionalmente motivados e treinados para o atendimento das solicitações da Contratante. O preço das passagens a ser cobrado pela empresa Contratada deverá ser compatível com o praticado pelas companhias aéreas, inclusive no caso de tarifas promocionais, a fim de se evitar o ônus de uma fiscalização específica sobre a cobrança de valores desvantajosos em relação aos ofertados para o público consumidor nos sites das companhias.

6.3. As quantidades e valores da tabela abaixo foram definidos com base na média de preço das passagens aéreas já adquiridas e na expectativa de demanda regular pelo serviço, considerando, ainda, a realização de eleições neste ano:

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO RESUMIDA DO OBJETO	UND	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOT. R\$
1	200*	Contratação de empresa para agenciamento de passagens aéreas nacionais no ano de 2024 e 2025.	Unidade	2.000,00**	400.000,00
TOTAL					400.000,00

* Quantidade estimada de passagens a serem emitidas.

** Valor unitário estimado da passagem mais a taxa de embarque.

Obs: O valor total refere-se ao somatório do valor estimado dos bilhetes e taxas de embarque, aplicada a taxa de agenciamento calculada com base no valor praticado no atual contrato (R\$ 0,00 por unidade). Dessa forma, o valor total estimado para esta contratação foi obtido pela seguinte fórmula: (R\$ 400.000,00 + R\$ 0,00 =R\$ 400.000,00).

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor total da contratação é estimado em R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

8.1. O parcelamento da solução não se aplica à presente demanda.

8. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPEND

9.1. Estes estudos não identificaram correlação ou interdependência das contratações em apreço com outras contratações do órgão.

9. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONT

10.1. A presente contratação faz parte do Plano Anual de Contratações de 2024 - PAC2024, sob o código STR.POO_24.04_A (Demanda prevista no PAC). A demanda tem como objetivo estratégico promover celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e aperfeiçoamento da gestão de custos com foco na eficiência e na sustentabilidade.

10.2. Importa acrescentar que o presente objeto impacta no cálculo de indicadores estratégicos como o índice de aderência e execução orçamentária, como também aderência ao plano anual de contratações. Tem, ainda, influência no cálculo da agilidade na tramitação dos processos.

10. RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE EFET

11.1. A forma de contratação aqui solicitada visa ao atendimento das demandas internas de deslocamento interestadual e proporciona à Administração viabilizar a representação do órgão por seus magistrados, servidores e colaboradores em eventos promovidos pela Justiça Eleitoral e outras instituições. A não aquisição deste serviço implicaria maior tempo despendido para transporte de servidores em destinos nacionais, insegurança do passageiro e maior custo em outras modalidades de deslocamento. A solução escolhida é aquela que traz maior vantagem, não apenas financeira, mas também quanto à alocação de recursos humanos e materiais. Para o TRE/RN basta um computador com acesso à internet, linha telefônica fixa ou móvel e servidores aptos para a gestão e fiscalização do contrato. Diante do exposto, entendemos que a contratação de empresa especializada é o meio adequado para a satisfação da demanda.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADM

12.1. Não há necessidade de adequação do ambiente da organização para a efetivação da solução escolhida.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECT

13.1. O transporte aéreo responde pela emissão de gás poluente por meio da queima abundante de combustíveis fósseis e, em certa medida, contribui para o desequilíbrio do efeito estufa e para o aquecimento global. As mudanças climáticas que afetam todo o planeta devem ser enfrentadas através da conscientização e em nome de um esforço coletivo. O setor público, dada a sua relevância, não pode se esquivar dessa questão, devendo sempre que possível adotar critérios sustentáveis na elaboração e na gestão de suas contratações. O uso parcimonioso de passagens aéreas seria a maneira mais efetiva de colaborar para a redução do impacto negativo dessa atividade, mas podemos citar outras medidas corriqueiras que podem ser tomadas durante a execução contratual, como por exemplo: orientar os usuários a transportar menos bagagem, dar preferência a voos sem escala e a própria Administração preocupar-se em reduzir a quantidade de servidores participantes de um mesmo evento de trabalho.

13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A VIABIL

14.1. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no subitem 5.1 deste documento, ou seja, contratação de empresa especializada em agenciamento de viagens, em âmbito nacional, mostra-se técnica e juridicamente possível e, em nossa avaliação, é a solução que melhor atende ao interesse público. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida. O atual contrato de passagens aéreas vence em 31/12/2024, entretanto,

conforme já explanado neste estudos, existe a possibilidade de os recursos orçamentários disponíveis para a realização da despesa serem insuficientes, sendo recomendável que o processo tramite com a devida celeridade.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCELLO CORREIA DE CASTRO

Integrante da equipe de planejamento da contratatação